

ENTRE SABERES E RESISTÊNCIA: A EJA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Grazielle Fernandes da Silva ¹

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma modalidade de ensino voltada para sujeitos que, por diferentes razões — sociais, econômicas ou culturais —, não tiveram acesso ou permanência na escola na idade apropriada. A presente pesquisa teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, como a EJA pode se constituir como uma prática de resistência e construção de saberes, a partir da perspectiva da Educação Popular. O referencial teórico baseia-se, principalmente, nas contribuições de Paulo Freire (1996), Miguel Arroyo (2017), Salazar e Santos (2024) e autores que discutem o papel da educação popular na valorização dos saberes da experiência. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, utilizando como metodologia a análise de 10 artigos científicos selecionados na base Google Acadêmico, com recorte temporal de 2013 a 2024. Como critérios de inclusão, foram considerados estudos que abordam a EJA em articulação com os fundamentos da Educação Popular, valorizando o diálogo, a escuta ativa e o protagonismo dos sujeitos. Os resultados revelam que a EJA, quando sustentada nos princípios da Educação Popular, constitui-se como espaço de emancipação e resistência frente às exclusões históricas. Também foi possível identificar a importância de práticas pedagógicas que reconheçam os saberes construídos nas trajetórias dos educandos e que promovam uma formação crítica e humanizadora. A Educação Popular, nesse contexto, não apenas inspira, mas fundamenta práticas que colocam o sujeito no centro do processo educativo.

Palavras-chave: EJA, Educação Popular, Saberes da Experiência, Resistência.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica voltada para pessoas que, por múltiplos motivos (sociais, econômicos ou culturais), não tiveram acesso ou permanência na escola na idade apropriada. Mais do que oferecer uma segunda oportunidade de escolarização, essa modalidade promove a construção de saberes capazes de gerar transformações concretas na realidade social dos educandos (Reichardt e Silva, 2020).

Sob este viés, ao abordar os sujeitos da EJA, é possível analisá-los sob diversos ângulos. Podemos considerar as dimensões legais, cognitivas, geracionais, bem como as

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campus CFP, graziellefernandes73@gmail.com.



condições de classe social, gênero, raça/etnia e origem (se urbana ou rural). Também é importante levar em conta os contextos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos nos quais esses estudantes estão inseridos e constroem suas trajetórias de vida, reconhecendo suas especificidades e a diversidade que os caracteriza (Santos & Silva, 2020).

Conforme Silva (2011), de modo geral, os sujeitos da EJA apresentam três características principais: são não crianças, ou seja, adultos, idosos e, em alguns casos, adolescentes, com expectativas e interesses distintos dos das crianças, necessitando atribuir sentido e significado ao processo escolar; são indivíduos historicamente excluídos da escola, em razão de fatores socioculturais e econômicos, como a necessidade de trabalhar para contribuir com a renda familiar; e, por fim, pertencem a grupos sociais específicos, como sindicatos, cooperativas, comunidades, famílias ou grupos religiosos e culturais, que influenciam suas percepções e valores em relação à educação.

Como nos convida a refletir Miguel Arroyo (2017), os sujeitos da EJA são homens e mulheres trabalhadores, marcados por trajetórias de vida que revelam privações, lutas e resistências. Longe de serem simples destinatários de políticas educacionais, são portadores de saberes, de experiências e de memórias que desafiam as concepções tradicionais de escola e de conhecimento. Ao reconhecer e valorizar esses sujeitos, a EJA desloca o olhar de um modelo escolar homogeneizante para uma escuta política e sensível das vozes que emergem dos territórios populares, afirmando a educação como prática de emancipação e dignidade

Pensar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir da Educação Popular é um exercício profundo de abertura ao outro. É reconhecer que o aprender não se limita à cronologia do tempo nem à linearidade da infância escolarizada. Trata-se de admitir que o saber emerge também das dobras da vida, das resistências cotidianas, dos silêncios históricos.

Não se trata apenas de ensinar a ler o mundo, mas de lê-lo junto com aqueles que, por tanto tempo, tiveram suas vozes caladas. A EJA, nesse sentido, configura-se não como uma segunda chance, mas como a chance de uma educação primeira, aquela que começa no respeito e na escuta.

Segundo Salazar e Santos (2024), a educação popular configura-se como uma



abordagem ampla no campo educacional, especialmente em contextos marcados por desigualdades no acesso ao conhecimento e à cidadania. Por meio de práticas pedagógicas que promovem a participação ativa dos educandos, o pensamento crítico e o compromisso com a transformação social, a educação popular se afirma como um caminho para a emancipação política e social, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes e críticos.

A educação popular surge, assim, como resposta às lacunas e injustiças mantidas por modelos educacionais tradicionais, que frequentemente reforçam desigualdades ao invés de enfrentá-las (Salazar e Santos, 2024). Inspirada na pedagogia freiriana, ela concebe o saber não como algo que se transmite, mas como algo que se constrói coletivamente, a partir do diálogo entre educador e educando. Como enfatiza Freire (1987), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (p. 47). Considerando isso, a EJA, quando orientada pelos princípios da Educação Popular, torna-se um espaço de resistência e de reconstrução identitária.

A escolha por investigar a EJA sob essa ótica parte do reconhecimento de que os sujeitos dessa modalidade carregam histórias de vida marcadas por exclusão escolar, desigualdade social e trabalho precoce. Ao mesmo tempo, são detentores de saberes construídos na vivência cotidiana, na luta por direitos, no cuidado com a família e em diferentes formas de resistência social e cultural. Assim, este estudo se justifica pela necessidade de refletir sobre a EJA como espaço de resistência e de reconstrução do saber, considerando os sujeitos que a compõem e os princípios pedagógicos que podem potencializar sua função social.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, como a Educação de Jovens e Adultos pode se constituir como uma prática de resistência e construção de saberes, a partir da perspectiva da Educação Popular. A pesquisa está organizada em quatro seções: introdução, metodologia, resultados e discussão, e considerações finais.

METODOLOGIA



Este artigo configura-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, com carácter exploratório e descritivo. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica consiste na análise de produções acadêmicas já publicadas, como livros, artigos científicos e dissertações, com o objetivo de compreender e aprofundar discussões sobre um determinado tema.

A investigação tem como objetivo analisar como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode se constituir como uma prática de resistência e construção de saberes, a partir da perspectiva da Educação Popular. Para isso, foram selecionadas produções que abordassem a relação entre EJA, Educação Popular, pedagogia crítica e valorização dos saberes da experiência.

A busca foi realizada na base de dados Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave “EJA” e “Educação Popular”. O recorte temporal adotado foi de 2013 a 2024, com o objetivo de priorizar publicações recentes. Foram analisados os 40 primeiros resultados da busca, com base na leitura dos trabalhos de forma criteriosa. Como critérios de inclusão, foram considerados os textos que apresentassem relação direta entre a EJA e a Educação Popular, com enfoque na valorização dos saberes dos educandos e na formação crítica. Também foram priorizados estudos que tratassem a EJA como espaço de resistência frente à exclusão social e escolar.

Foram excluídos artigos que tratavam a EJA de forma meramente técnica, que não apresentavam relação explícita com a Educação Popular, ou que se limitavam à descrição de políticas públicas sem análise crítica do processo educativo.

Ao final, foram selecionados 9 artigos científicos com base em sua coerência temática, fundamentação teórica e contribuição para a compreensão da EJA como prática de resistência e reconstrução do saber popular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o material bibliográfico analisado, foi possível observar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), quando orientada pelos princípios da Educação Popular, revela-se um campo fértil para a valorização dos saberes da experiência, para o



fortalecimento da identidade dos sujeitos e para o exercício da resistência diante das múltiplas formas de exclusão social e educacional.

A maioria dos artigos destaca que a EJA, historicamente ligada às camadas populares, constitui um espaço de resistência aos modelos tradicionais de ensino. Como indicam Ferreira e Campos (2017), vivenciar a EJA a partir da Educação Popular é ampliar os horizontes de educandos e educadores para além da lógica capitalista, promovendo a valorização da trajetória de vida dos alunos como ponto de partida para o processo de ensino-aprendizagem, ao retomar experiências significativas, os autores evidenciam a EJA como espaço de disputa e de construção coletiva do saber, alinhada às práticas educativas libertadoras.

Martins, Alves e Pinto (2024) reforçam esse cenário ao traçarem um panorama histórico das experiências de educação de adultos no Brasil, revelando como muitas dessas práticas já apresentavam traços da pedagogia popular antes mesmo de serem nomeadas dessa forma. Segundo os autores, a articulação entre teoria e prática é essencial para compreender a singularidade da EJA na atualidade, evidenciando suas potencialidades e obstáculos.

Compreende-se que as práticas de Educação Popular e da EJA, os objetivos do trabalho pedagógico não devem se limitar a transmitir ao aluno conhecimentos escolares tradicionais e formais. É fundamental que esses objetivos contemplem o potencial dos diversos conteúdos para promover ações concretas que os alunos possam aplicar no seu dia a dia, visando tanto a melhoria da sua qualidade de vida quanto o fortalecimento da sua relação com a coletividade e a sociedade como um todo (Martins, Alves e Pinto 2024).

Em consonância com esse pensamento, Streck e Rosa (2019) defendem que a “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire, continua sendo uma referência teórica e prática indispensável tanto para a EJA quanto para a Educação Popular. A valorização do diálogo, da escuta ativa e da autonomia dos educandos aparece como um dos elementos centrais que atravessa as práticas pedagógicas inspiradas no pensamento freiriano.

A obra de Paulo Freire aparece, nos textos analisados, como referência permanente e fundante dessas práticas. Outro ponto em destaque nos estudos analisados refere-se à valorização dos saberes da experiência. Como enfatizam Caseira e Pereira (2016), os sujeitos da EJA são detentores de conhecimentos construídos em suas



trajetórias de vida, nas quais o trabalho, a maternidade precoce e o enfrentamento das desigualdades estão presentes.

Assim, pensar a EJA como expressão da Educação Popular e reconhecer esses saberes como legítimos e integrá-los ao processo educativo não apenas promove o engajamento dos alunos, como também fortalece sua identidade como sujeitos do conhecimento. A apropriação de práticas populares por educadores e educandos da EJA, evidenciando como elementos da arte e da cultura popular podem ser incorporados ao cotidiano pedagógico, promovendo a participação ativa, a criatividade e a valorização da identidade dos alunos (Pinho, 2020).

Já Mota Neto (2018), ao refletirem sobre as diretrizes metodológicas para a EJA à luz da Educação Popular Latino-Americana, destacam que práticas pedagógicas inspiradas nesse referencial precisam ser críticas, criativas e problematizadoras. Os autores defendem que o compromisso ético-político com a formação integral do educando é central para ressignificar a prática docente e combater a exclusão escolar. Na mesma direção, Silva (2022), em seu artigo sobre o direito à EJA e as proposições políticas atuais, evidencia que a Educação Popular contribui para o fortalecimento do direito à educação, ao colocar o sujeito no centro do processo formativo. A autora alerta, no entanto, para os desafios impostos pelas políticas neoliberais, que frequentemente esvaziam a dimensão crítica e emancipadora da EJA.

Outro estudo relevante, de Machado e Paludo (2014), discute a relação entre trabalho, educação e formação crítica na EJA, a partir de experiências vividas em contextos populares. Os autores defendem que a EJA não deve estar subordinada à lógica tecnicista da empregabilidade, mas comprometida com a formação de sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade.

A pesquisa de Rocha (2025) investiga, com base em concepções de alunos da EJA, o que aprendem e o que ensinam em seu percurso educacional. Os resultados revelam afinidade entre as percepções dos estudantes e os princípios da Educação Popular, como autonomia, participação e sentido social do conhecimento. A prática pedagógica, segundo o estudo, deve partir da realidade do educando e ser mediada pelo diálogo.

Por fim, Gomes; Freitas & Marinho (2022), discutem a EJA, a Educação Popular e o PROEJA a partir de uma abordagem crítica e histórica. Os autores mostram que o



PROEJA, embora concebido com base em princípios da Educação Popular, enfrenta dificuldades para consolidar práticas verdadeiramente transformadoras, devido a tensões políticas e institucionais que atravessam sua implementação.

Com base nos artigos analisados, fica evidente que a EJA, fundamentada na Educação Popular, pode se constituir como um espaço potente de resistência, reconstrução de saberes e emancipação social. A valorização da experiência, o diálogo como método e a escuta ativa como prática cotidiana aparecem como elementos centrais para a efetivação de uma pedagogia libertadora. Ao reconhecer os sujeitos da EJA como protagonistas de sua aprendizagem, a educação torna-se, de fato, um território de construção coletiva de novos saberes e de transformação da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a EJA à luz da Educação Popular é lançar um olhar comprometido com a dignidade e a potência dos sujeitos que a constituem. Longe de ser apenas uma proposta pedagógica, essa perspectiva implica reconhecer a educação como prática política, como exercício de escuta e diálogo que rompe com a lógica da exclusão e da homogeneização do saber.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que, quando orientada por princípios emancipatórios, a EJA se transforma em espaço de recomposição identitária, de afirmação cultural e de reconstrução coletiva do conhecimento. Não se trata de adaptar velhas fórmulas à realidade dos educandos, mas de construir, com eles, percursos significativos que dialoguem com seus contextos de vida, com seus desejos e com suas lutas cotidianas.

A pesquisa bibliográfica evidenciou que práticas pedagógicas inspiradas na Educação Popular, fundamentadas no diálogo, na escuta ativa e no compromisso com a transformação social, são essenciais para romper com a lógica bancária de ensino ainda presente em muitos contextos educativos. Mais do que transmitir conteúdos, trata-se de construir sentidos, promover encontros e cultivar a esperança como ato pedagógico e político.



Nesse sentido, reafirma-se que a EJA não pode ser pensada como um espaço neutro ou meramente técnico, mas como prática social crítica, que reconhece o educando como sujeito de direitos e produtor de conhecimento. A partir dessa perspectiva, educar é também resistir às imposições de um modelo excludente de sociedade e afirmar, cotidianamente, a possibilidade de um mundo mais justo, plural e solidário.

Ainda que persistam desafios estruturais e políticos, é preciso afirmar a potência da EJA como lugar de esperança ativa. Esperança que, nas palavras de Freire, não é espera passiva, mas movimento que impulsiona a ação e a transformação. Por isso, defender a EJA como prática de resistência é, também, defender o direito de todos e todas a uma educação que reconhece, valoriza e transforma vidas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.
- CASEIRA, Veridiana Gomes; PEREIRA, Vilmar Alves. A educação de jovens e adultos enquanto expressão da educação popular. Revista Dois: Administração, Gerência e Educação, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 1–20, 2016.
- FERREIRA, Dulcinéia de Fátima; CAMPOS, Ana Maria de. Educação de jovens e adultos como educação popular: direito a ser conquistado. Crítica Educativa, Sorocaba, v. 3, n. 3, p. 66–77, ago./dez. 2017.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Maria de Fátima Feitosa Amorim; FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz; MARINHO, Paulo. Estudantes do Proeja: de percursos negados a outras possibilidades. Educar em Revista, Curitiba, v. 38, e82026, 2022.
- MARTINS, Francisco André Silva; ALVES, Rafaelle Stefane Elias; PINTO, Gláucia Moreira. Entre a Educação de Adultos, a Educação Popular e a EJA: questões para o debate. Quaestio – Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, SP, v. 26, e024007, 2024.
- MOTA NETO, João Colares da. Diretrizes metodológicas para a educação de jovens e adultos à luz da educação popular latino-americana. Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos, Salvador, v. 1, n. 3, p. 159–174, jul./dez. 2018.
- REICHARDT, Mirian; SILVA, Caroline. A importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Caderno Intersaberes, v. 9, n. 23, p. 59–70, 2020.



STRECK, Danilo R.; ROSA, Carolina Schenatto da. A Pedagogia do Oprimido como referência para a EJA e para a Educação Popular. *Educação* (Porto Alegre), v. 42, n. 3, p. 408–416, set./dez. 2019.

